

Influência da instabilidade sociopolítica no investimento direto estrangeiro em Moçambique no sector de mineração: o caso da empresa Y em Nampula (2022 e 2024)

Influence of socio-political instability on foreign direct investment in Mozambique's mining sector: the case of company Y in Nampula (2022–2024)

Zilpa Anastácio Muhate¹

Albertina Celeste Inácio Ribaué²

RESUMO

Moçambique possui vastos recursos mineiros que têm despertado crescente interesse de investidores nacionais e internacionais. A província de Nampula, particularmente o distrito de Mogovolas, localidade de Ilute, apresenta elevado potencial neste sector. Contudo, a região enfrenta desafios associados a conflitos sociais e políticos, que têm condicionado o ambiente de negócios e reduzido o interesse dos investidores. O estudo visa analisar a influência da instabilidade sociopolítica no investimento estrangeiro no sector mineiro em Nampula. A investigação adoptou uma abordagem qualitativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas e análise documental, sendo classificada como descritiva. Foram seleccionados 5 participantes internos e 3 actores externos. A análise de conteúdo foi utilizada no tratamento dos dados. Os resultados indicam que a instabilidade sociopolítica afectou negativamente o IDE da Empresa Y entre 2022 e 2024, através de insegurança, fraca aplicação das leis, conflitos e tensões comunitárias, criando um ambiente de incerteza que reduziu a confiança dos investidores.

Palavras-Chave: Investimento Directo Estrangeiro, Instabilidade Sociopolítica, Sector Mineiro, Clima de Investimento, Responsabilidade Social Corporativa.

ABSTRACT

Mozambique possesses vast mineral resources that have attracted increasing interest from both national and international investors. The province of Nampula, particularly the district of Mogovolas and the locality of Ilute, presents significant potential in this sector. However, the

¹ Mestrado em Administração e Gestão de Negócios, MBA - zilpamuhate92@gmail.com

² Supervisora

region faces challenges related to social and political conflicts, which have affected the business environment and reduced investor interest. This study aims to analysis the influence of socio-political instability on foreign investment in the mining sector in Nampula. The research adopted a qualitative approach, using semi-structured interviews and document analysis, and is classified as descriptive. A total of 5 internal participants and 3 external stakeholders were selected. Content analysis was used to analysis the data. The findings indicate that socio-political instability negatively affected the foreign direct investment (FDI) of Company Y between 2022 and 2024. Factors such as insecurity, weak enforcement of laws, conflicts and community tensions created an environment of uncertainty, reducing investor confidence.

Keywords: Foreign Direct Investment; Socio-Political Instability; Mining Sector; Investment Climate; Corporate Social Responsibility

INTRODUÇÃO

O investimento internacional assume um papel central na integração económica global, traduzindo-se na circulação de capitais entre países para diversificação e acesso a novos mercados. Entre as suas modalidades, destaca-se o investimento directo estrangeiro (IDE), caracterizado pela participação activa de empresas estrangeiras na gestão de negócios nos países de destino (Krugman, Obstfeld & Melitz, 2015), modalidade amplamente utilizada por multinacionais para explorar recursos, reduzir custos e aumentar a eficiência produtiva (Cavusgil, Knight & Riesenberger, 2010).

Em Moçambique, o IDE assume relevância como fonte de financiamento e transferência de tecnologia, concentrando-se sobretudo em sectores como gás natural, mineração, agricultura e turismo, o que evidencia a forte dependência de actividades extractivas.

Apesar do seu potencial, a sua transformação em desenvolvimento inclusivo enfrenta desafios importantes, a instabilidade sociopolítica, agravada desde 2012 e intensificada pela insurgência em Cabo Delgado, tem elevado a perceção de risco e afectado a confiança dos investidores. Estas limitações são agravadas por fragilidades institucionais, como corrupção, burocracia e limitações do sistema jurídico, que reduzem a previsibilidade do ambiente de negócios.

Embora existam sinais de recuperação associados à retoma de projectos energéticos, o impacto do IDE depende, sobretudo, da estabilidade política e da capacidade institucional do Estado.

Justificativa

O investimento directo estrangeiro tem-se afirmado como um dos principais factores de dinamização económica na província de Nampula, particularmente no sector mineiro, impulsionado pela abundância de recursos naturais. Contudo, este potencial encontra-se condicionado por um contexto de instabilidade sociopolítica, marcado por conflitos, tensões comunitárias e fragilidade institucional, factores que afectam a previsibilidade, a viabilidade e a sustentabilidade dos investimentos. Apesar da relevância do tema, a literatura existente privilegia

análises de âmbito nacional ou centradas noutras regiões, como Cabo Delgado e Tete, permanecendo Nampula relativamente pouco explorada, sobretudo no que diz respeito à relação entre instabilidade sociopolítica e IDE.

Face a esta lacuna, do ponto de vista científico e académico, o estudo contribui para o aprofundamento do debate teórico sobre a relação entre instabilidade sociopolítica e investimento estrangeiro, ao aplicar este enquadramento a um contexto regional específico. Ao focar a realidade de Nampula, a investigação procura produzir evidência empírica que sustente análises comparativas e enriqueça a compreensão do IDE em contextos regionais.

A partir desta abordagem, no plano económico, a pesquisa permite analisar de que forma a instabilidade sociopolítica condiciona a atração, permanência e expansão do IDE, bem como o seu contributo para o desenvolvimento regional. Em particular, possibilita avaliar impactos ao nível da criação de emprego, transferência de competências e fortalecimento das capacidades produtivas locais, evidenciando os limites e potencialidades do investimento estrangeiro num contexto marcado por fragilidades estruturais.

Estas dinâmicas económicas refletem-se igualmente no plano social. Neste sentido, o estudo assume relevância ao explorar as implicações do IDE nas comunidades locais, sobretudo em contextos caracterizados por tensões, conflitos e exclusão socioeconómica. Ao analisar estas dimensões, a investigação contribui para a identificação de estratégias que promovam maior inclusão, redução de conflitos e melhoria das condições de vida das populações afectadas.

Considerando estes aspectos, a relevância do estudo estende-se ainda ao plano institucional e prático. A pesquisa fornece elementos importantes para a formulação de políticas públicas e estratégias de investimento mais eficazes. Ao identificar os principais riscos sociopolíticos e constrangimentos do ambiente de negócios em Nampula, o estudo pode apoiar decisores públicos, investidores e instituições na definição de medidas orientadas para a redução do risco, o reforço da confiança e a melhoria do enquadramento regulatório, contribuindo para a construção de um ambiente económico mais estável, inclusivo e sustentável.

A presente pesquisa está organizada em cinco partes distintas. A primeira corresponde à introdução, onde se apresenta a problemática, a justificativa e os objectivos do estudo. A segunda parte é dedicada à revisão de literatura, na qual são abordados diferentes autores que discutem a temática em análise. A terceira parte apresenta a metodologia, onde se descrevem os métodos e procedimentos que orientaram a realização da pesquisa. De seguida, a quarta parte corresponde à apresentação, análise e discussão dos dados obtidos. Por fim, a quinta parte contempla as conclusões do estudo, seguidas de recomendações e sugestões para futuras investigações.

Problematização

Moçambique enfrenta instabilidade política marcada por conflitos armados no centro e ataques terroristas no Norte, sobretudo em Cabo Delgado, que têm afetado investidores e comunidades locais. Em regiões de mineração, cresce a insatisfação das populações, agravada por manifestações ligadas à contestação eleitoral, com danos a infraestruturas públicas e privadas.

A província de Nampula, em particular o distrito de Mogovolas, destaca-se pela riqueza em recursos minerais como ouro e turmalina, inicialmente explorados por garimpeiros locais, mas posteriormente privatizados pelo governo, que concedeu direitos de exploração a empresas privadas, incluindo consórcios moçambicanos e brasileiros.

Essa privatização não foi de bom grado pelos garimpeiros locais, que perderam a sua fonte de renda, gerando insatisfação na comunidade local. Esse contexto evidencia a complexidade do ambiente de negócios em Moçambique, onde, apesar do potencial de atração de IDE, fatores como a instabilidade política e a falta de uma gestão inclusiva podem comprometer o desenvolvimento econômico sustentável.

Além disso, as áreas onde são instalados esses grandes empreendimentos são, na sua maioria, regiões remotas e com fraca presença do Estado, o que faz com que as comunidades locais depositem grandes expectativas nesses projetos, esperando melhorias nos serviços públicos, emprego e desenvolvimento. Contudo, muitas empresas não cumprem integralmente as promessas de responsabilidade social corporativa, o que aprofunda o sentimento de insatisfação.

Recentemente, a empresa Y, de capital estrangeiro, passou a ser ocupada por garimpeiros locais, enquanto as forças policiais enfrentam dificuldades para retomar o controlo da região. Esse episódio agrava ainda mais o ambiente de insegurança e lança dúvidas sobre a sustentabilidade dos investimentos na região.

Perante este cenário, coloca-se a seguinte questão central: *de que forma a instabilidade sociopolítica em Moçambique tem impactado o investimento direto estrangeiro no setor de mineração, no caso da Empresa Y, na província de Nampula, no período de 2022 a 2024?*

OBJECTIVOS

Objetivo Geral

- Analisar a influência da instabilidade sociopolítica no investimento estrangeiro no sector de mineração em Nampula.

Objetivos específicos

- Compreender os efeitos das condições políticas e sociais sobre o Investimento Direto Estrangeiro no setor de mineração em Nampula.
- Analisar a forma como os gestores da Empresa Y percebem a influência da instabilidade sociopolítica nas decisões estratégicas e operacionais da empresa no período de 2022 a 2024.
- Examinar de que modo a relação entre a Empresa Y e as comunidades locais condiciona a estabilidade e a sustentabilidade do investimento mineiro na província de Nampula.

Questões de Investigação

1. De que forma as manifestações de instabilidade sociopolítica se refletem no ambiente de investimento no sector de mineração em Nampula?
2. De que forma os gestores da Empresa Y percebem a influência da instabilidade sociopolítica nas decisões estratégicas e operacionais da empresa?
3. De que forma a relação entre a Empresa Y e as comunidades locais influencia a estabilidade do investimento mineiro?

MARCO TEÓRICO

A revisão de literatura constitui uma fase importante no desenvolvimento do presente estudo, uma vez que permite enquadrar o tema num contexto teórico e empírico, identificando as principais abordagens, lacunas e debates académicos sobre o investimento direto estrangeiro com destaque para Moçambique, com particular enfoque no setor da mineração na província de Nampula. O objetivo deste capítulo é analisar os contributos de diferentes autores e estudos prévios, de modo a construir uma base conceptual consistente que sustente a análise do impacto da instabilidade social e política sobre o IDE.

Investimento Direto Estrangeiro: conceitos e características

O investimento direto estrangeiro é uma estratégia importante de integração económica internacional e de expansão empresarial, caracterizado não só pela transferência de capital, mas também pela presença estratégica e pelo controlo direto de operações produtivas no exterior. Autores como Krugman, Obstfeld e Melitz (2018), definem o investimento direto estrangeiro como fluxos internacionais de capital através dos quais uma empresa estabelece ou expande operações noutro país, assumindo controlo direto sobre as atividades locais, distinguindo-o de investimentos meramente financeiros.

Cavusgil, Knight e Riesenberger (2017) entendem o IDE como uma estratégia de internacionalização que envolve a instalação física de ativos produtivos, incluindo capital, tecnologia, recursos humanos e infraestruturas, enfatizando a presença operacional e a competitividade nos mercados externos.

De acordo com Marques (2021), caracteriza o IDE como uma relação estratégica e de longo prazo entre a empresa investidora e a entidade recetora, evidenciada pelo exercício de controlo significativo, frequentemente materializado na detenção de, pelo menos, 10% dos direitos de voto da empresa no país anfitrião.

Tipos de Investimento Directo Estrangeiro

O investimento directo estrangeiro pode assumir diferentes formas de entrada nos mercados internacionais, distinguindo-se pelo grau de controlo exercido sobre as operações no exterior. Esse controlo traduz-se na capacidade de influenciar decisões estratégicas, gerir recursos e coordenar actividades produtivas fora do país de origem. De acordo com Cavusgil, Knight e Riesenberger

(2010), o IDE pode ocorrer através de diferentes modalidades, destacando-se o investimento greenfield, o investimento brownfield e as joint ventures.

O investimento greenfield caracteriza-se pela criação de novas unidades produtivas, permitindo à empresa elevado nível de autonomia e controlo sobre as operações (Cavusgil, Knight & Riesenberger, 2010). Esta modalidade pode gerar impactos relevantes, nomeadamente na criação de emprego e expansão da capacidade produtiva (Carvalho & Ribeiro, 2022), embora implique custos iniciais elevados e maior exposição a riscos. Por sua vez, o investimento brownfield ocorre através da aquisição ou fusão com empresas existentes, permitindo uma entrada mais rápida no mercado e aproveitamento de infraestruturas já instaladas. Ainda que possa contribuir para a modernização das operações, os seus efeitos são variáveis, podendo incluir processos de reestruturação e redução do emprego. Entende-se que a escolha entre estas modalidades está associada ao nível de risco e às condições institucionais do país anfitrião.

As joint ventures (JV) constituem uma forma de IDE baseada na cooperação entre empresas, envolvendo a partilha de capital, riscos e controlo. Esta modalidade é frequentemente utilizada em contextos de maior complexidade institucional, facilitando o acesso a novos mercados e recursos estratégicos (Cavusgil, Knight & Riesenberger, 2010).

Segundo Colaço (2013), as JV podem promover a transferência de conhecimento e reforçar a competitividade, embora exijam elevado alinhamento entre as partes, devido ao potencial de conflitos decorrentes de interesses divergentes. Assim, cada modalidade de IDE apresenta vantagens e limitações, sendo a sua escolha fortemente condicionada pelas condições económicas, institucionais e pelo nível de risco do país anfitrião.

IDE em sectores intensivos em capital e sua importância nas economias em desenvolvimento

O investimento directo estrangeiro em Moçambique caracteriza-se por uma forte concentração em actividades intensivas em capital, com destaque para a exploração de recursos naturais, como mineração e energia (Mucanze, 2016). Mesmo em períodos de instabilidade política, estes fluxos mantêm-se relevantes, o que demonstra o interesse das multinacionais em projectos de grande escala. Ainda assim, esta concentração tem limitado a criação de emprego e a diversificação económica, uma vez que estes investimentos apresentam fraca ligação com a economia nacional e reduzida absorção de mão-de-obra local (Sousa & Nhabinde, 2024), embora contribuam para o crescimento do PIB, os seus efeitos sociais continuam a ser restritos.

Os dados disponíveis mostram que o IDE se distribui por áreas como mineração, energia, indústria transformadora e infraestruturas, sendo impulsionado por investidores provenientes de países como Portugal, China, África do Sul e Brasil (Dada & Maquenzi, 2023). Este padrão confirma a predominância de grandes projectos e evidencia a necessidade de políticas públicas mais consistentes, voltadas para a transferência de tecnologia, o fortalecimento das empresas nacionais e a criação de ligações produtivas.

O IDE desempenha um papel relevante ao introduzir capital, tecnologia e maior eficiência produtiva (Cavusgil, Knight & Riesenberger, 2010). O crescimento gerado, contudo, não ocorre de

forma equilibrada, beneficiando sobretudo áreas mais dinâmicas e tecnologicamente avançadas (Krugman, Obstfeld & Melitz, 2015). Por essa razão, autores como Morgado (2016) e Albino (2019) defendem que os efeitos mais duradouros surgem quando o investimento está associado à inovação, à formação de capital humano e ao desenvolvimento de actividades de maior valor agregado. Assim, o contributo do IDE para o desenvolvimento depende, sobretudo, da capacidade do país em promover diversificação económica e inclusão produtiva.

Teorias do Investimento Directo Estrangeiro: abordagens explicativas e críticas

O investimento directo estrangeiro (IDE) tem sido amplamente estudado nas ciências económicas, com diferentes teorias que procuram explicar as suas motivações e formas de actuação. Entre as mais influentes destaca-se o paradigma eclético (OLI), que explica o IDE a partir da combinação de três elementos: vantagens de propriedade, localização e internalização (Sousa & Nhabinde, 2024).

As vantagens de propriedade dizem respeito aos recursos que as empresas possuem, como tecnologia, capacidade de gestão, inovação e know-how. Estes elementos permitem às multinacionais competir em mercados externos e superar desafios associados à entrada em países com diferentes contextos económicos e institucionais. Já as vantagens de localização estão ligadas às características do país anfitrião. No caso de Moçambique, destacam-se a abundância de recursos naturais, como gás e carvão, bem como a posição geográfica estratégica. Estes factores tornam o país atractivo para investimentos ligados à exploração de recursos e à integração em cadeias globais.

As vantagens de internalização referem-se à decisão das empresas de manter controlo directo sobre as suas operações. Ao evitar a partilha de tecnologia ou a dependência de terceiros, as multinacionais reduzem riscos, protegem conhecimento e garantem maior eficiência. Isso explica por que muitas empresas optam pelo IDE em vez de licenciamento ou parcerias mais limitadas. Outras abordagens, como a teoria da internalização e a dos custos de transacção, reforçam esta leitura. Estas teorias mostram que as empresas preferem controlar directamente as suas operações quando existem riscos ou falhas no mercado, protegendo tecnologia e reduzindo custos (Campos, 2014; Colaço, 2013).

Por outro lado, as abordagens críticas apresentam uma leitura diferente. A teoria da dependência chama atenção para os efeitos estruturais do IDE nas economias periféricas. Segundo Dos Santos (2017) e Seabra (2019), embora o investimento possa gerar crescimento, uma parte significativa dos lucros é transferida para o exterior.

Morgado (2016) acrescenta que o IDE tem-se orientado cada vez mais para retornos rápidos, com menor foco em investimentos produtivos de longo prazo. Isso reduz a sua capacidade de gerar transformação económica. Dessa forma, percebe-se que o impacto do IDE depende não apenas do volume investido, mas da forma como se integra nas dinâmicas económicas e institucionais do país receptor.

Instabilidade sociopolítica

A instabilidade sociopolítica caracteriza-se por perturbações no sistema político e social de um país que comprometem a legitimidade das instituições, a confiança dos cidadãos e a continuidade das

políticas públicas (Costa, 2025). Este fenómeno manifesta-se através de conflitos internos, alterações frequentes de governo, protestos, episódios de violência, corrupção e fragilidades institucionais, diminuindo a previsibilidade económica e social (Eusébio & Magalhães, 2018).

Dimensões: política, social, institucional e securitária

A instabilidade sociopolítica em Moçambique afeta o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em várias dimensões, seja política, social, institucional ou securitária.

Do ponto de vista político, as crises pós-eleitorais, a instabilidade governativa e as práticas de corrupção contribuem para a redução da confiança dos investidores e para o aumento do risco percebido (Caramba, 2025; Eusébio & Magalhães, 2018; Costa, 2025). Estes fatores comprometem a previsibilidade do ambiente político, elemento essencial para decisões de investimento de longo prazo.

No âmbito social, a ocorrência de conflitos comunitários, episódios de violência e a destruição de propriedades afetam negativamente o ambiente de negócios. Neste contexto, a aceitação social dos projetos torna-se determinante, sendo fortemente influenciada pelas práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) adotadas pelas empresas (Dias, 2022; Castelo-Branco, 2020).

Na dimensão institucional, a fragilidade das instituições e a aplicação inconsistente das leis reduzem a segurança jurídica e a previsibilidade do ambiente económico. Ademais, a corrupção e a ineficiência na governação limitam a competitividade do país e restringem a capacidade do IDE de gerar benefícios sustentáveis (Cambrão, 2018; Seger & Seger, 2013; Banco Mundial, 2021).

Por fim, na dimensão securitária, a ausência de um sistema legal sólido, aliada à instabilidade regulatória, aumenta o risco para os investidores, dificultando a atração e a manutenção de investimentos, sobretudo aqueles de natureza intensiva em capital e de longo prazo (Banco Mundial, 2021; Cavusgil, Knight & Riesenberger, 2010).

Deste modo, a conjugação destes fatores políticos, sociais, institucionais e securitários molda de forma decisiva o ambiente de negócios em Moçambique, condicionando tanto a entrada como a sustentabilidade do Investimento Direto Estrangeiro no país.

Conflitos, contestação eleitoral, fragilidade institucional

Desde a introdução do sistema multipartidário em Moçambique, em 1994, o país tem registado episódios recorrentes de instabilidade política associados aos processos eleitorais. De acordo com Sousa (2025), os conflitos pós-eleitorais emergem frequentemente após a divulgação dos resultados, sendo marcados por alegações de fraude, falta de transparência e desconfiança nas instituições eleitorais, num contexto de forte polarização política.

Entende-se que estas dinâmicas constituem um obstáculo relevante à consolidação da estabilidade política e social, uma vez que a contestação eleitoral tem sido acompanhada por manifestações, episódios de violência e destruição de bens, contribuindo para o enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas e para a fragilização da governação (Caramba, 2025).

As repercussões desta instabilidade estendem-se ao plano social e económico, sendo visíveis no deslocamento interno de populações e na deterioração das condições de vida em várias províncias, como Cabo Delgado, Sofala e Nampula (Sousa, 2025). A crise pós-eleitoral de 2024 evidenciou, de forma particular, fragilidades persistentes na governação e nas instituições, afectando negativamente a confiança dos agentes económicos e a imagem do país enquanto destino de investimento (Caramba, 2025).

Instabilidade e Percepção de Risco

O risco país, definido por Cavusgil, Knight e Riesenberger, (2010), como a probabilidade de alterações governamentais ou decisões públicas que prejudiquem os investimentos, torna-se mais elevado em contextos de instabilidade. Em Moçambique, fatores como incerteza regulatória, fragilidade institucional e episódios de violência aumentam os custos operacionais, reduzem a previsibilidade económica e afetam a competitividade do país (Banco Mundial, 2021; Eusébio & Magalhães, 2018).

Para que o IDE contribua de forma eficaz para o desenvolvimento económico sustentável, é necessário fortalecer as instituições, assegurar estabilidade normativa, promover transparência e reforçar a confiança dos investidores. A consolidação da governança, a aplicação consistente das leis e a criação de políticas públicas claras reduzem o risco-país e tornam Moçambique mais atrativo ao capital estrangeiro (Mucanze, 2016; Cavusgil, Knight & Riesenberger, 2010; Costa & Figueira, 2017).

Clima de investimento

Em Moçambique, apesar dos avanços alcançados após o fim da guerra civil, a persistência de focos de instabilidade, sobretudo a partir de 2014, tem comprometido a previsibilidade do ambiente de negócios. A combinação entre conflitos armados, terrorismo e tensões político-partidárias tem elevado a percepção de risco, afectando negativamente a implementação e a continuidade de projectos estratégicos. Estudos como os de Feijó, Maquenzi, Salite e Kirshner (2022) mostram que a insurgência em Cabo Delgado agravou a vulnerabilidade socioeconómica, com impactos que ultrapassam o plano social e se reflectem na redução da produtividade e no aumento dos custos operacionais das empresas.

Neste estudo, entende-se que a deterioração das condições de segurança tem sido um dos principais factores de retração do investimento. Langa (2024) destaca que os ataques terroristas em Cabo Delgado reduziram significativamente a confiança dos investidores, levando à suspensão de projectos de grande escala, como o da TotalEnergies. Do mesmo modo, Macalane e Jafar (2021) evidenciam que a fraca presença do Estado e as limitações na governação intensificam as tensões sociais e fragilizam a credibilidade institucional, condicionando o ambiente de investimento.

Importa destacar que o IDE não é determinado apenas por factores económicos. Embora variáveis como crescimento do PIB, dimensão do mercado e estabilidade macroeconómica sejam relevantes (Nonnenberg & Mendonça, 2005), neste trabalho considera-se que os factores políticos e institucionais assumem um papel decisivo. Cesário (2010) e Lima (2024) defendem que a

estabilidade política, a coerência das políticas públicas e a robustez institucional são determinantes para a confiança dos investidores, sendo a incerteza política um elemento que compromete a tomada de decisão.

Por fim, a qualidade da governação e a segurança jurídica revelam-se centrais na construção de um ambiente favorável ao investimento. Governos transparentes e eficientes tendem a reduzir o risco político e a reforçar a previsibilidade (Cambrão, 2018; Zimmermann, 2023), enquanto a fragilidade na aplicação das leis e a instabilidade normativa comprometem a confiança dos investidores (Banco Mundial, 2021; Seger & Seger, 2013).

IDE em Moçambique: enquadramento sectorial e especificidades do sector mineiro

O percurso recente do desenvolvimento económico de Moçambique tem sido fortemente marcado pela presença do IDE sobretudo em sectores associados à exploração de recursos naturais. A partir da liberalização económica iniciada na década de 1990, o país passou a atrair volumes significativos de capital externo, impulsionando a implementação de grandes projectos e reforçando a sua inserção na economia regional e global (Mucanze, 2016; Banco de Moçambique, 2024). Ainda assim, este crescimento não tem sido linear, uma vez que os fluxos de IDE têm oscilado em função de factores externos e, sobretudo, de condicionantes internas de natureza política, institucional e securitária.

Neste contexto, observa-se que o IDE em Moçambique se caracteriza por uma forte concentração nos sectores extrativos, com destaque para a mineração, onde se localizam projectos de grande dimensão e longa duração. Contudo, essa concentração não tem sido isenta de desafios. A literatura evidencia que muitos destes investimentos têm sido acompanhados por reassentamentos com fragilidades, limitada integração das comunidades locais e ocorrência de conflitos sociais (Catsossa, 2020; Bata, 2016). Para além disso, o incumprimento de compromissos sociais e as limitações na implementação da responsabilidade social corporativa têm contribuído para o agravamento das tensões entre empresas e comunidades (Manuel & Frei, 2021).

Deste modo, entende-se que as características do sector mineiro, nomeadamente a elevada intensidade de capital, a longa duração dos projectos e a dependência de estabilidade institucional tornam estes investimentos particularmente sensíveis à instabilidade sociopolítica. Assim, o IDE neste sector deve ser analisado não apenas pelo volume de capital mobilizado, mas pela sua capacidade de gerar benefícios sustentáveis e inclusivos, o que depende da qualidade da governação, da actuação do Estado e da efectiva integração das comunidades locais nos processos de desenvolvimento.

Relações empresa – comunidade e responsabilidade social corporativa

As relações entre empresas estrangeiras e comunidades locais, no contexto do IDE, constituem um dos principais factores que condicionam a sustentabilidade dos projectos. Apesar da relevância do IDE na indústria extractiva, os seus impactos na criação de emprego, na transferência de competências e na melhoria das condições de vida permanecem limitados, evidenciando fragilidades na forma como a responsabilidade social corporativa (RSC) tem sido concebida e implementada em Moçambique (Muiambo, 2022). Assim, entende-se que a sustentabilidade do

investimento depende, em grande medida, da qualidade das relações estabelecidas entre empresas e comunidades, sendo a RSC um instrumento central na mediação entre interesses empresariais e expectativas sociais.

Neste sentido, práticas de RSC baseadas no diálogo, na inclusão e no apoio ao desenvolvimento local tendem a reduzir tensões e a fortalecer relações de confiança (Jesus, 2017; Almeida, 2017). A teoria dos stakeholders reforça esta abordagem ao destacar a necessidade de considerar múltiplos actores no processo de tomada de decisão, incluindo comunidades, trabalhadores e sociedade civil, e não apenas os accionistas. Contudo, observa-se que os investimentos em Moçambique tendem a privilegiar interesses do Estado e de investidores estrangeiros, em detrimento das comunidades locais, contribuindo para uma distribuição desigual dos benefícios e para a exclusão social (Muiambo, 2022).

Deste modo, a legitimidade social das empresas, frequentemente designada como “licença social para operar”, assume um papel determinante para a continuidade dos projectos, sobretudo no sector extractivo. A ausência de benefícios concretos e a fraca inclusão das comunidades tendem a gerar desconfiança, conflitos e resistência social. Assim, defende-se que a sustentabilidade do IDE está diretamente associada à inclusão socioeconómica das populações locais, o que exige não apenas práticas consistentes de RSC.

Sustentabilidade do Investimento Directo Estrangeiro: dimensões, desafios e implicações para o desenvolvimento

A sustentabilidade do investimento directo estrangeiro não pode ser reduzida ao volume de capital mobilizado, devendo ser analisada em função da durabilidade e da qualidade dos seus efeitos económicos, sociais e institucionais. Silva (2021) defende que o IDE é sustentável quando contribui para a criação de emprego, transferência de tecnologia e diversificação produtiva, gerando impactos que se prolongam no tempo. Neste sentido, a avaliação do IDE deve considerar as transformações estruturais que promove, e não apenas o seu contributo imediato para o crescimento económico.

Partindo desta perspectiva, a sustentabilidade do IDE assume uma natureza multidimensional, integrando as vertentes económica, social e institucional. Embora o investimento possa dinamizar a economia e reforçar as receitas públicas, considera-se que os seus efeitos dependem, em grande medida, da qualidade da governação e da eficácia das políticas públicas (Silva, 2021; Sousa & Nhabinde, 2024). Assim, apesar do seu potencial para modernizar infraestruturas e o mercado de trabalho, tais benefícios não são automáticos, exigindo mecanismos de redistribuição e uma actuação estatal orientada para o interesse colectivo (Mucanze, 2016; Castelo-Branco, 2020).

Por outro lado, a relação entre o IDE e o desenvolvimento local evidencia limitações importantes. Embora o investimento estrangeiro possa gerar oportunidades económicas, a sua concentração em megaprojectos com fraca integração na economia local tende a limitar os seus efeitos positivos e a aprofundar desigualdades (Mandlate, 2014; Hoekman, Sanfilippo e Tambussi (2025). Em Moçambique, esta realidade é particularmente visível em regiões como Cabo Delgado, onde a

exclusão das comunidades e a distribuição desigual dos benefícios têm contribuído para o agravamento de tensões sociais (Sousa, 2025).

Neste contexto, a continuidade e resiliência do IDE dependem da existência de instituições sólidas, transparentes e previsíveis. A confiança dos investidores está associada à segurança jurídica, à estabilidade das políticas públicas e à capacidade do Estado em regular e fiscalizar o investimento. Deste modo, o reforço dos mecanismos de controlo, a promoção da transparência e a implementação de políticas de conteúdo local tornam-se essenciais para garantir um ambiente de investimento mais estável e inclusivo (UNCTAD, 2023).

Investimento Directo Estrangeiro, instabilidade sociopolítica e sector mineiro em Moçambique: uma análise crítica

A relação entre o investimento directo estrangeiro e o desenvolvimento económico revela-se complexa, sendo influenciada por múltiplos factores que condicionam a sua capacidade de gerar benefícios sustentáveis. Embora as abordagens convencionais o apresentem como motor de crescimento, modernização produtiva e integração internacional, tais perspectivas tendem a desvalorizar as assimetrias estruturais que caracterizam economias periféricas, como a moçambicana.

Assim, as teorias clássicas, como o paradigma OLI e a teoria da internalização, revelam limitações ao privilegiarem as vantagens das empresas multinacionais, negligenciando os efeitos sociais, institucionais e territoriais do investimento. Em contraponto, abordagens críticas, como a teoria da dependência, evidenciam que o IDE pode reforçar padrões de especialização pouco diversificados e aprofundar a dependência externa, colocando em causa a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Ademais, factores como conflitos armados, terrorismo, fragilidade governativa e incerteza institucional aumentam a percepção de risco e comprometem a previsibilidade necessária para decisões de investimento de médio e longo prazo (Pereira, 2021; Preto, 2024). Nestes contextos, observa-se que os investidores tendem a retrain, adiar ou redireccionar projectos, afectando tanto a captação de novos investimentos como a continuidade dos existentes. Assim, considera-se que a estabilidade política, o fortalecimento institucional e a coerência das políticas públicas constituem elementos centrais para a atracção e sustentabilidade do IDE.

A entrada de empresas estrangeiras tende a reconfigurar as relações entre o Estado, o sector privado e as comunidades locais, frequentemente gerando tensões associadas à exclusão social, à distribuição desigual dos benefícios e ao controlo dos recursos (Teschner, 2012; Lange & Kolstad, 2012). A ausência de diálogo e de mecanismos de inclusão contribui para o agravamento de conflitos comunitários, elevando o risco operacional e comprometendo a continuidade dos projectos (Jesus, 2017). Deste modo, defende-se que a sustentabilidade do IDE no sector mineiro depende não apenas das condições económicas, mas sobretudo da capacidade institucional e da inclusão efectiva das comunidades locais nos processos de desenvolvimento.

Relações empresa – comunidade no sector mineiro: conflitos, percepções e mitigação

A expansão de megaprojectos mineiros em países africanos têm gerado transformações socioeconómicas profundas, frequentemente acompanhadas por conflitos, degradação ambiental e perda de meios de subsistência. Em contextos marcados por fragilidade institucional, estes efeitos tendem a ser amplificados pela limitada redistribuição dos benefícios gerados pela exploração de recursos naturais (Pereira, 2022; Teschner, 2012).

Assim, as percepções comunitárias assumem um papel principal na compreensão da aceitação social dos projectos, sendo influenciadas não apenas por impactos materiais, mas também pelas expectativas criadas em torno do desenvolvimento. Quando essas expectativas não se concretizam, instalam-se sentimentos de frustração e injustiça, sobretudo em contextos onde os investimentos operam como enclaves, contribuindo para a exclusão das comunidades e para a distribuição desigual dos benefícios (Mucanze, 2016; Sousa & Nhabinde, 2024; Banco Mundial, 2021).

Neste contexto, os conflitos associados aos projectos mineiros devem ser entendidos como expressões de tensões estruturais ligadas à forma como os custos e benefícios do investimento são distribuídos. Em Moçambique, apesar do contributo do IDE para o crescimento económico, os seus efeitos sobre o emprego, a transferência de tecnologia e as condições de vida permanecem limitados, o que alimenta dinâmicas de contestação social (Sousa & Nhabinde, 2024).

A RSC, embora frequentemente apresentada como instrumento de mitigação, revela eficácia reduzida quando se traduz em iniciativas pontuais e desarticuladas. Pelo contrário, a sua relevância depende da integração em estratégias territoriais mais amplas, orientadas para a inclusão produtiva, participação comunitária e justiça distributiva (Jesus, 2017; Enham, 2018; Lange & Kolstad, 2012).

Perante este cenário, a mitigação de conflitos exige abordagens estruturais e de longo prazo, que ultrapassem a gestão reativa de crises e promovam a transformação dos modelos de inserção dos projectos nas economias locais.

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A presente investigação adoptou uma abordagem qualitativa, adequada à análise de fenómenos sociais complexos e à compreensão das percepções dos actores envolvidos (Guerra, 2014). Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, orientada para analisar a influência da instabilidade sociopolítica no investimento directo estrangeiro (IDE) no sector mineiro (Gil, 2002). O estudo foi realizado na província de Nampula, tendo como foco uma organização inserida no sector mineiro.

Partindo deste enquadramento, a pesquisa recorreu a uma amostragem não probabilística, de natureza intencional (Gil, 2008), privilegiando a selecção de participantes com experiência e envolvimento directo com o fenómeno em análise. A amostra foi composta por oito participantes: um gestor (D1), cinco trabalhadores (T1 a T5), um líder comunitário (L1) e um representante da administração local (Ad.), o que permitiu captar diferentes perspectivas relevantes para a interpretação dos resultados. A selecção baseou-se em critérios de inclusão como a ligação ao

contexto estudado, experiência no sector e disponibilidade para participar, sendo excluídos indivíduos sem relação com o fenómeno ou sem condições de participação (Minayo, 2007).

Com base nesta definição da amostra, a recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, orientadas por um guião alinhado com os objectivos do estudo, permitindo explorar de forma aprofundada as percepções e experiências dos participantes (Gil, 2002). Este procedimento foi complementado pela observação do contexto e pela análise documental, o que possibilitou o cruzamento de diferentes fontes de informação e uma leitura mais consistente da realidade analisada (Lakatos & Marconi, 2003).

No que respeita ao tratamento dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, técnica amplamente utilizada na investigação qualitativa para a interpretação de significados (Bardin, 1977).

Por fim, foram observados os princípios éticos que orientam a investigação científica, assegurando a confidencialidade, o anonimato e o consentimento informado dos participantes (Minayo, 2007). A utilização de códigos para identificação dos participantes permitiu proteger a sua identidade e a da organização em estudo.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DE RESULTADOS DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Instabilidade sociopolítica e ambiente de investimento mineiro

Os resultados mostram que a instabilidade sociopolítica em Nampula se manifesta através de conflitos pós-eleitorais, actos de vandalismo e insegurança generalizada. Os participantes relataram episódios de destruição de infraestruturas, bloqueio de vias de acesso e interrupção das actividades da empresa. Como referido por um dos trabalhadores:

Houve dias em que não conseguimos trabalhar por causa da confusão... (T2) ...sendo esta situação reforçada por outro participante ao afirmar que “o ambiente não era seguro para continuar com o trabalho...(T3). Do ponto de vista da gestão, destaca-se que:...a situação criou muita incerteza para a empresa...(D1).

Estes dados permitem observar que a instabilidade não se limita ao plano político, repercutindo-se directamente no funcionamento das operações mineiras. A interrupção das actividades, aliada à insegurança no local de trabalho, contribui para o aumento dos custos operacionais e para a redução da previsibilidade das actividades. Importa destacar que a limitada capacidade institucional de resposta agrava este cenário, reforçando a percepção de risco entre os actores envolvidos.

Os resultados obtidos confirmam os argumentos de Costa (2025) e Eusébio e Magalhães (2018), segundo os quais a instabilidade sociopolítica compromete a confiança dos investidores e deteriora o ambiente de negócios. De forma complementar, Cambrão (2018) e o Banco Mundial (2021) defendem que a fragilidade institucional intensifica o risco percebido.

Contudo, os dados empíricos sugerem que estes impactos se manifestam de forma mais imediata e operacional do que a literatura tende a enfatizar, evidenciando a necessidade de considerar as dinâmicas locais na análise do IDE. Neste contexto, considera-se que a instabilidade sociopolítica assume um carácter multidimensional, afectando simultaneamente dimensões políticas, institucionais e produtivas.

Percepção dos gestores e decisões estratégicas e operacionais

A evidência empírica indica que a instabilidade sociopolítica influenciou directamente as decisões da empresa Y, levando à suspensão temporária das actividades, redução do número de trabalhadores e reforço das medidas de segurança.

...tivemos que parar algumas actividades por causa da situação...(D1), sendo esta realidade confirmada por um trabalhador que refere que: ...algumas pessoas foram dispensadas por causa da instabilidade...(T4). Outro participante acrescenta que: ...a empresa teve que mudar a forma de trabalhar...(T1).

Observa-se que estas decisões reflectem uma adaptação a um contexto de elevada incerteza. As decisões operacionais surgem como respostas imediatas à crise, enquanto as decisões estratégicas procuram assegurar a continuidade das actividades. Neste sentido, verifica-se uma mudança de foco, em que a prioridade deixa de ser a expansão e passa a ser a manutenção do investimento, evidenciando uma lógica de mitigação de risco.

Esta realidade está em consonância com a teoria dos custos de transacção, segundo a qual as empresas tendem a reduzir riscos em contextos instáveis (Colaço, 2013). Do mesmo modo, Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010) destacam a influência do risco-país nas decisões empresariais. Ainda assim, os dados sugerem uma nuance importante: para além da adaptação estratégica, verifica-se uma tendência para a adopção de comportamentos defensivos que limitam o potencial de crescimento. Esta evidência aproxima-se das abordagens críticas do IDE, particularmente da teoria da dependência (Dos Santos, 2017), ao indicar que, em contextos instáveis, o investimento estrangeiro tende a priorizar a sobrevivência em detrimento da transformação económica.

Relação empresa – comunidade e estabilidade do investimento

Os resultados indicam que as comunidades locais apresentam expectativas relacionadas com emprego, apoio social e melhoria das condições de vida. No entanto, os dados revelam insatisfação quanto à limitada materialização desses benefícios.

...a empresa não está a ajudar como esperávamos...(L1), ...enquanto um trabalhador observa que: ...muitas pessoas da comunidade não conseguem emprego... (T3). Um outro participante acrescenta que:...nem todos sentem os benefícios da empresa... (T5).

A análise destes dados sugere que a divergência entre expectativas e resultados contribui para o surgimento de tensões entre a empresa e as comunidades. Estas tensões são agravadas pela percepção de exclusão e pela limitada participação das comunidades nos processos de decisão. Assim, observa-se que a relação empresa–comunidade constitui um elemento central para a estabilidade do investimento mineiro.

Os resultados confirmam os argumentos de Jesus (2017) e Muiambo (2022), que defendem que a sustentabilidade do investimento depende da inclusão das comunidades e da distribuição equitativa dos benefícios. Por outro lado, Almeida (2017) sugere que práticas consistentes de responsabilidade social corporativa reforçam a legitimidade das empresas. Contudo, os dados mostram que, quando estas práticas são pontuais ou insuficientes, não conseguem garantir a aceitação social do investimento. Neste sentido, considera-se que a ausência de uma “licença social para operar” fragiliza a estabilidade do investimento, evidenciando que a sustentabilidade do IDE depende da articulação entre investimento, inclusão social e governação.

De forma geral, os resultados demonstram que a instabilidade sociopolítica, as decisões empresariais e as relações com as comunidades locais constituem dimensões interdependentes que condicionam o investimento mineiro em Nampula. A instabilidade compromete o ambiente de negócios, influencia as estratégias empresariais e fragiliza as relações sociais, criando um ciclo que limita a sustentabilidade do investimento.

Deste modo, considera-se que, embora o investimento directo estrangeiro contribua para o crescimento económico, a sua capacidade de promover desenvolvimento sustentável permanece condicionada por factores estruturais, nomeadamente a instabilidade sociopolítica, a fragilidade institucional e a limitada inclusão das comunidades locais.

CONCLUSÃO

A investigação analisou a influência da instabilidade sociopolítica no investimento directo estrangeiro no sector mineiro em Nampula, com enfoque na empresa Y, no período de 2022 a 2024, procurando responder de que forma este contexto tem impactado o investimento.

Os resultados mostram que a instabilidade sociopolítica afecta o investimento de forma directa e em várias dimensões, traduzindo-se em insegurança, interrupção das actividades e aumento do risco operacional. Os conflitos pós-eleitorais e as tensões comunitárias contribuíram para a deterioração do ambiente de negócios, comprometendo a previsibilidade e a continuidade das operações.

Para além disso, ao nível institucional, verificam-se fragilidades na implementação das políticas e na actuação do Estado, o que aumenta a incerteza e reduz a confiança dos investidores. No plano empresarial, nota-se que a instabilidade condicionou as decisões da empresa, levando à adopção de estratégias mais defensivas, centradas na manutenção das actividades em vez da expansão.

Ao mesmo tempo, a relação entre a empresa e as comunidades locais mostrou-se determinante para a estabilidade do investimento. A existência de expectativas não satisfeitas e a limitada

inclusão social contribuíram para o surgimento de tensões, mostrando que a sustentabilidade do investimento também depende da aceitação social.

Assim, conclui-se que a instabilidade sociopolítica em Moçambique impacta o investimento mineiro ao reduzir a segurança, aumentar a incerteza e condicionar a gestão e a continuidade dos projectos. Fica claro que o impacto do IDE depende da articulação entre estabilidade sociopolítica, qualidade institucional e inclusão das comunidades locais.

Com base nos resultados do estudo, apresentam-se as seguintes recomendações, com vista à melhoria do ambiente de investimento no sector mineiro em Nampula:

- a) Reforçar a actuação do Estado, através da redução da burocracia, melhoria da coordenação institucional e aumento da segurança nas zonas mineiras.
- b) Promover práticas consistentes de responsabilidade social por parte da empresa, alinhadas às necessidades reais das comunidades locais.
- c) Incentivar a criação de emprego local, contribuindo para a inclusão socioeconómica das comunidades afectadas.
- d) Fortalecer o diálogo e a articulação entre o Estado, a empresa e as comunidades, de modo a prevenir conflitos e garantir maior estabilidade do investimento.

Referências bibliográficas

Almeida, D. F. A. (2017). *Responsabilidade Social Corporativa em Moçambique: Reflexão a partir de quinze empresas moçambicanas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal.

Albino, J. (2019). *Fatores de atração do investimento direto estrangeiro: O papel das Instituições de países em Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, Brasil.

Banco de Moçambique. (2024). Relatório anual sobre o investimento estrangeiro em Moçambique 2024. Maputo: Autor. Recuperado de <https://www.bancomoc.mz>.

Banco Mundial. (2021). Avaliação do regime jurídico e regulatório do investimento direto estrangeiro. Recuperado de <https://documents.worldbank.org>.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Bata, E. J., Barreira, C. C. M. A. & Almeida, M. G. (2016). Impactos sócio - espaciais e político -econômicos dos megaprojetos de mineração em Moçambique: o caso da exploração do carvão mineral de Moatize. *Revista de geografia agrária*, 103 – 105 - 106.

Cambrão, P. C. C. (2018). Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 83 - 86.

- Campos, R. J. T. C. (2014). *A internacionalização da indústria automóvel na Europa: o caso do grupo Volkswagen, da Toyota Motor Corporation e da Ford Motor Company*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa, Business School, Lisboa, Portugal.
- Caramba, B. J. (2025). A crise pós-eleitoral em Moçambique: o reflexo de uma insatisfação social profunda. *Vision Research*, 14 (1), 5,7. Recuperado em doi: <https://doi.org/10.51359/2238-8052.2025.265570>.
- Carvalho, D. E. & Ribeiro, R. S. M. (2022). A relação entre os investimentos diretos estrangeiros *greenfield e brownfield* e o crescimento económico: uma análise a partir do modelo VAR em painel. *Revista Económica e Sociedade*, Campinas, 89 – 91. Recuperado em doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art04>.
- Castelo-Branco, C. N. (2020). *Economia política do desenvolvimento em Moçambique: Dinâmicas, desafios e perspetivas*. Maputo, Moçambique: IESE.
- Catsossa, L. A. (2020). Extrativismo, Territórios Comunitários e Violência em Áreas de Mineração em Moatize, Tete – Moçambique. *Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade - RIET*, 1. Recuperado em https://www.researchgate.net/publication/349609929_Extrativismo_territorios_comunitarios_e_violencia_em_areas_de_mineracao_em_Moatize_Tete-Mocambique.pdf.
- Cavusgil, S. T., Knight, G. & Riesenberger, J. R. (2010). *Negócios Internacionais, Estratégia, Gestão E Novas Realidades*. São Paulo, Brasil: Pearson.
- Cavusgil, S. T., Knight, G., & Riesenberger, J. R. (2017). *Negócios Internacionais: a nova realidade* (4ª. ed.). São Paulo, Brasil: Pearson.
- Cesário, P. S. (2010). *Os Determinantes Políticos do Investimento Estrangeiro Direto: Um estudo Quantitativo*. Tese de Doutoramento, Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, Brasil.
- Colaço, D. F. (2013). *Joint-ventures: uma ferramenta estratégica na internacionalização de PME Portuguesas*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Costa, J. F. (2025). Conflitos Pós-eleitorais em Moçambique: estudo de causas e consequências. *Revista Científica do ISCTAC*, 3 – 4 – 15 – 16 – 19.
- Costa, L. P. S. & Figueira, A. C. R. (2017). Risco político e internacionalização de empresas: uma revisão bibliográfica. *Vision Research*, 12 (23), 69 – 72 – 74 – 76. Recuperado em doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395156933>.
- Dada, Y. A. & Maquenzi, J. (2023). Evolução dos Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro na Africa Subsariana e no Mundo, 2000 – 2020: Análise e Lições. *Revista Destaque Rural* nr. 243. Recuperado em: <https://omrmz.org/wp-content/uploads/2023/06/DR-243-5.pdf>.
- Dias, M. F. (2022). *O impacto dos fatores socioculturais na captação do investimento direto estrangeiro em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

- Enham, C. B. M. O. S. (2018). *Os “minerais de conflito”: o caso da República Democrática do Congo: sobre a exploração e os conflitos armados que não cessam*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Minas Gerais: Brasil.
- Eusébio, A. J. & Magalhães S. B. (2018). Instabilidade político – Militar, deslocamento compulsórios e a vida cotidiana em Moçambique: uma agenda de pesquisa. *Revista de Ciências Sociais*, 355.
- Feijó, J., Maquenzi, D. S. & Kirshner, J. (2022). Caracterização das Condições Socioeconómicas dos Deslocados Internos no Norte de Moçambique ao Longo do ano de 2021. *Revista Observatório do Meio Rural*, 127. Recuperado em: https://eprints.whiterose.ac.uk/id/eprint/193319/1/Feijo_et_al_OR_127.pdf
- Gil, C. A. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. (4ª. ed.). São Paulo, Brasil: Atlas
- Gil, C. A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6ª. ed.). São Paulo, Brasil: Atlas
- Guerra, E., L., A. (2014). *Manual de Pesquisa Qualitativa*. Belo Horizonte, Brasil: Anima Educação.
- Hoekman, B., Sanfilippo, M. & Tambussi, M. (2025). Investimento direto estrangeiro e transformação estrutural em África. *Vision Research*, 00 (0). 7 - 9 - 11. Recuperado: <https://academic.oup.com/wber/advancearticle/doi/10.1093/wber/lhaf009/8112539.pdf>
- Jesus, C. J. (2017). *A prática de responsabilidade social empresarial como estratégia no sector mineiro-energético moçambicano com foco nas comunidades locais e circunvizinhas*. Dissertação de Mestrado, Escola de Gestão, ISG, Lisboa, Portugal.
- Krugman, P. R., Obstfeld, M. & Melitz, M., J. (2015). *Economia Internacional*. (10ª. ed.). São Paulo, Brasil: Pearson.
- Krugman, P. R., Obstfeld, M., & Melitz, M. J. (2018). *Economia Internacional: teoria e política* (10ª. ed.). São Paulo, Brasil: Pearson.
- Marconi, M., A. & Lakatos, E., M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. (5ª. ed.). São Paulo, Brasil: Atlas S.A.
- Langa, E. N. B. (2024). Moçambique: o extremismo violento e o terrorismo na província de Cabo Delgado. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. *Vision Research*, 9 (18), 96 – 97. Recuperado em doi: <https://doi.org/10.22456/2448-3923.141971>.
- Lange, S. & Kolstad, I. (2012). Envolvimento corporativo com comunidades e instituições locais: dois estudos de caso da indústria mineira na Tanzânia. *Vision Research* 13, 141 – 142. Recuperado em: <http://dx.doi.org/10.1080/15228916.2012.693445>.
- Lima, J. (2024). *Determinantes do investimento direto estrangeiro: uma análise dos fatores económicos, políticos e institucionais nos países em desenvolvimento*. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Macalane, G. L. & Jafar, J. S. (2021). Ataques terroristas em Cabo Delgado (2017–2020): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocimboa da Praia. Universidade Rovuma. Recuperado em: <https://university.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mo>

[zambique/files/files/Ataques Terroristas em CaboDelgado %282017-2020%29-Universidade Rovuma_2001.pdf](#).

- Mandlate, O. (2014). Ligações entre os grandes projetos de IDE e os fornecedores locais na agenda de desenvolvimento. Revista Idelas, 60. Recuperado em https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_60.pdf
- Manuel, N. & Frei, V. V. M. (2021). Megaprojetos de mineração em Moçambique e os deslocamentos compulsórios: caso do distrito de Nacala-à-Velha, província de Nampula. Vision Research, 12 (23), 415. Recuperado em: <https://doi.org/10.30612/el.v12i23.14798>.
- Marques, S. M. G. (2021). *Impactos Macroeconómicos do Investimento Direto Estrangeiro em Portugal*: Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Miyano, M. C. S. (2007). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. (26ª.ed.).
- Morgado, M. T. (2016). *O impacto do Investimento Direto Estrangeiro no Crescimento Económico de Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Mucanze, A., N. (2016). *Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique: Aspectos Positivos e Negativos*: Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil.
- Muiambo, G. G. (2022). Corrupção: Causas Manifestações e Consequências. Revista dos Tribunais, 1. Recuperado em <https://www.ts.gov.mz/oembondeiro/wp-content/uploads/2022/06/CORRUPCAO-CAUSAS-MANIFESTACOES-E-CONSEQUENCIAS.pdf>.
- Nonnenberg, M. J.B. & Mendonça, M. J. C. (2005). Determinantes dos Investimentos diretos externos em países em desenvolvimento: Estudos Económicos. Vision Research, 35 (4), 632. Recuperado em doi: [10.1590/S0101-41612005000400002](https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000400002).
- Pereira, M. F. (2022). *República Democrática do Congo: a problemática do trabalho infantil nas minas de cobalto e os obstáculos à sua superação*. Dissertação de Mestrado, Católica Instituto de Estudos Políticos, Lisboa, Portugal.
- Pereira, M. S. (2021). *Implicações do Risco Político no Investimento Direto Estrangeiro captado: comparação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Politécnico do Porto, Porto, Portugal.
- Preto, I. A. G. (2024). *O impacto do risco geopolítico nas estradas de investimento direto estrangeiro na europa*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Porto, Portugal.
- Santos, S., F. (2017). *Determinantes do investimento direto estrangeiro: uma perspetiva institucional*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão, Braga, Brasil.

- Seabra, R. L. (2019). Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. *Vision Research*, 34, 262. Recuperado em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010011>.
- Seger, G. A. & Seger, M. (2013). *Princípio da Segurança Jurídica*. Revista Eletrónica Direito a Política, 2448 - 2449.
- Silva, A. C. T. R. A. (2021). *Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro: desenvolvimento humano e qualidade da governação*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Porto, Portugal.
- Sousa, I. C. (2025). Insurreição, Terrorismo e Guerra em Cabo Delgado, Moçambique (2017 – 2025): Levantamento de Publicações Indexadas. *Revista Científica – RECIMA21*,
- Sousa, Y. V. S. & Nhabinde S. (2024). Impacto do investimento estrangeiro no crescimento económico em Moçambique. *Vision Research* 5 (3), 6, 7, 8. Recuperado em doi: <http://dx.doi.org/10.52076/eacad-v5i3.583>.
- Teschner, B. A. (2012). Mineração em pequena escala no Gana: o governo e o galamesy. *Revista Política de Recursos*, 308 – 314.
- UNCTAD. (2023). *World Investment Report 2023: Investing in Sustainable Energy for All*. Recuperado de <https://investmentpolicy.unctad.org/publications/1283/world-investment-report-2023-investing-in-sustainable-energy-for-all>.
- Zimmermann, C., Reinhold, C. A., Carvalho, L. C. & Vasconcellos, S. L. (2023). Democracia, Governança, Liberdade Económica e Investimento Estrangeiro Direto. *Revista Eletrónica de Negócios Internacionais*, 157 - 159.